

Processos de Auto-Avaliação em Agrupamentos de Escolas: Intencionalidades, Actores, Instrumentos

Ana Arqueiro
anaarqueiro@sapo.pt

Carina Coelho
ccoelho@fpce.up.pt

Rafael Tormenta
jrafaeltormenta@gmail.com

Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e de
Ciências da Educação da Universidade do Porto
(Tel. 220400615)

Resumo

Com a transformação dos modos de regulação da vida social, tem-se assistido à expansão de práticas de avaliação aos mais diversos domínios de actividade humana. O sistema educativo não fica à margem destes processos, verificando-se uma intensificação das exigências que provêm quer da Administração Central quer dos actores *in loco*, ao reconhecerem a importância, para a melhoria da qualidade em educação, de processos que permitam um conhecimento mais aprofundado da realidade das escolas e das suas práticas. O Projecto *Auto-Avaliação em Agrupamentos: Relação com Qualidade e Melhoria da Educação* visa produzir conhecimento sobre estes processos, acompanhando o trabalho desenvolvido pelas equipas de auto-avaliação de quatro Agrupamentos de Escolas da Região Norte de Portugal. O Projecto, actualmente ainda numa fase inicial, procura indagar os motivos que levam as escolas a encetar processos de auto-avaliação, os actores que são envolvidos e os instrumentos que mobilizam para esse fim.

Resumen

Con la transformación de los modos de regulación de la vida social, hemos presenciado la expansión de las prácticas de evaluación en los más diversos dominios de actividad humana. El sistema educativo por tanto, no es una excepción. Es posible verificar una intensificación de exigencias que nacen en la Administración Central, así como, de los actores locales. La inclusión de procesos que nos permitan un conocimiento más profundo de la realidad de las escuelas y de sus prácticas, es reconocida como importante para la mejora de la calidad en educación. El Proyecto *Auto-Avaliação em Agrupamentos: Relação com Qualidade e Melhoria da Educação* pretende producir conocimiento sobre estos procesos, realizando un acompañamiento en el trabajo que es desarrollado por los equipos de autoevaluación de cuatro agrupamientos de escuelas de la Región Norte de Portugal. El Proyecto, aunque en una fase inicial, intenta indagar los motivos que llevan a las escuelas a poner en práctica los procesos de autoevaluación, los actores que están involucrados y los instrumentos que utilizan para alcanzar esa finalidad.

Introdução

O projecto *Auto-Avaliação em Agrupamentos: Relação com Qualidade e Melhoria da Educação* (ARQME) é desenvolvido pelo Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, sendo financiado pela FCT por um período de três anos.

No momento inicial de desenvolvimento dos trabalhos com os quatro Agrupamentos de Escolas parceiros, tem-se procurado compreender, através de análise documental e de realização de reuniões com as equipas de auto-avaliação, qual o ponto de situação de cada um face à auto-avaliação, focalizando as razões subjacentes ao início desses processos, os actores que são envolvidos e os instrumentos que utilizam.

Esta comunicação organiza-se em três momentos fundamentais. No primeiro, apresenta-se o projecto de investigação no que concerne à sua origem, objectivos, dispositivos metodológicos e repercussões. No segundo, o ponto de situação de cada um dos Agrupamentos relativamente aos processos de avaliação e auto-avaliação – procurando, aqui, tecer algumas considerações, ainda que de carácter provisório e parcial. Como (des)fecho, reportamo-nos ao quadro teórico-metodológico orientador do projecto – o modelo de avaliação institucional –, aludindo ao seu carácter inovador e procurando concretizá-lo por referência ao processo de (co)construção dos modos de intervenção da equipa de investigação.

I. Contextualização do Projecto

O Projecto ARQME surge na sequência de um curso de formação avançada de Avaliação em Educação e de um Estudo de Avaliação Externa de uma Medida Comunitária relativa à formação profissional (com financiamento FSE), no âmbito do qual se desenvolveu o modelo compósito de avaliação, designado “Avaliação Institucional”, que enforma o projecto.

Pretendendo-se produzir conhecimento ao nível da avaliação em educação, numa perspectiva de melhoria da qualidade do ensino, das escolas e da educação, a investigação centra-se nos seguintes eixos: a) aprofundamento e renovação do conhecimento relativamente à problemática da auto-avaliação em Agrupamentos de Escolas e sua articulação com a melhoria da qualidade das escolas e da educação; b) concepção de dispositivos metodológicos pertinentes para a produção de avaliação e acompanhamento, em contexto de Agrupamento; c) reflexão sobre os efeitos produzidos pela auto-avaliação e sua articulação com as transformações nas identidades profissionais dos professores; d) reflexão sobre a relação entre a auto-avaliação em Agrupamentos e as dinâmicas dos respectivos ciclos de vida organizacionais.

O dispositivo metodológico para assegurar a consecução do trabalho de acompanhamento das equipas dos Agrupamentos parceiros inspira-se nos pressupostos de proximidade e atenção à singularidade dos sujeitos da *abordagem clínica* (Cifali, 1996, 2000) e prevê, não só a recolha e análise de informação, como também sessões de trabalho com as equipas de auto-avaliação. Para a recolha de informação recorrer-se-á a grupos de discussão, análise documental, entrevistas individuais e em grupo, inquéritos por questionário e diários de bordo. As análises de conteúdo e de discurso serão procedimentos privilegiados na análise dessa informação. Nas sessões de trabalho pretende-se cooperar com as equipas no processo de (re)construção de um modo próprio de pensar e desenvolver a auto-avaliação.

A divulgação da actividade científica decorrente do projecto dar-se-á através de iniciativas diversificadas: realização de um Ciclo de Seminários (que pretende constituir um momento de encontro, partilha e debate entre os diversos intervenientes do projecto,

também com a participação de investigadores e profissionais da área); criação de um sítio *web* de discussão e (in)formação; participação em simpósios e conferências nacionais e internacionais; publicação de um livro e de artigos em revistas científicas.

As repercussões do projecto consubstanciam-se em duas dimensões principais. Uma de carácter mais simbólico, em que se salienta: o desenvolvimento de um quadro teórico-metodológico inovador para uma abordagem da avaliação e da auto-avaliação a partir de um modelo composto; a promoção de uma cultura de (auto)reflexão dos profissionais da educação a propósito dos referenciais de qualidade da educação e dos Agrupamentos de Escolas, no sentido da melhoria do ensino; e o contributo para a criação de uma cultura de avaliação e de auto-avaliação em Agrupamentos de Escolas. Outra de carácter sobretudo material, reflectindo-se na construção de referenciais para a auto-avaliação nos Agrupamentos de Escolas envolvidos no projecto e de dispositivos metodológicos de avaliação e de auto-avaliação de escolas, bem como na promoção de estratégias de acompanhamento e de consultoria e na criação do já referido sítio *web*, fórum permanente de intercomunicação e discussão entre investigadores e outras pessoas directamente envolvidas na auto-avaliação dos Agrupamentos de Escolas.

II. Processos de Avaliação e Auto-Avaliação: ponto de situação dos Agrupamentos de Escolas

Posicionando-nos numa perspectiva que concebe a realidade na complexidade e particularidade dos contextos, a heterogeneidade constituiu-se como fio condutor do processo de selecção dos Agrupamentos de Escolas. Tomou-se em consideração: a) a localização geográfica, urbana ou semi-urbana - Agrupamentos do centro da cidade do Porto e de cidades da respectiva Área Metropolitana; b) os Agrupamentos que, dispostos a encetar ou a continuar um processo de auto-avaliação, se encontrassem em fases distintas do mesmo; c) o número total de escolas dos Agrupamentos, de forma a não colocar em causa a exequibilidade do projecto face ao número de elementos constituintes da equipa de investigação¹. É ainda de referir que, em duas das situações, o interesse de participar no projecto partiu de uma solicitação explícita dos Agrupamentos.

O trabalho envolve toda a comunidade educativa, o que significa a inclusão de membros da sociedade civil, representantes autárquicos, representantes do mundo do trabalho, elementos de associações e outros organismos de iniciativas locais².

O **Agrupamento de Escolas C** construiu um projecto de auto-avaliação para o triénio 2007-2010 tomando como referência o perfil de auto-avaliação utilizado no projecto europeu “Qualidade na Educação Escolar” (lançado em 1997/1998), designado por PAVE³. O Agrupamento encontra-se na fase de “aplicação do perfil” – que foi adaptado e se prevê em constante reformulação. Para além disso, neste ano lectivo (2007/2008) o Agrupamento integra o conjunto de escolas abrangido pelo segundo momento da Avaliação Externa levado a cabo pela IGE.

O projecto de auto-avaliação «é fruto da iniciativa interna da comunidade e tem por finalidade última a compreensão e melhoramento das práticas educativas do

¹ O trabalho com estes Agrupamentos significa a implicação de 30 escolas, desde o Pré-Escolar até ao 3º Ciclo do Ensino Básico.

² Não obstante o facto de serem identificados e seleccionados alguns informantes privilegiados (tendo em consideração critérios de pertinência das informações a recolher em cada momento e das próprias características do trabalho de acompanhamento de um processo de auto-avaliação).

³ PAVE – Perfil de Auto-avaliação da Escola. Consiste na enunciação de doze áreas da vida da escola que permitem discutir a sua qualidade e eficácia. Estas áreas organizam-se em: resultados; processos a nível da sala de aula; processos a nível de escola; meio.

Agrupamento» (Projecto de Auto-Avaliação, 2007, p. 8). Esta finalidade surge como uma necessidade inerente à «dinâmica de planificação, intervenção e mudanças pretendidas» (Projecto de Auto-Avaliação, 2007, p. 5), no contexto da qual se integra a própria definição de «linhas mestras» para o Projecto Educativo do Agrupamento 2008-2011. Apresenta ainda como objectivo primeiro «identificar os pontos fortes e fracos do Agrupamento no sentido de superar estes últimos, tendo em vista alcançar a grande meta de uma Escola e a principal razão da sua existência: as aprendizagens dos seus alunos traduzidas na melhoria dos seus resultados escolares» (Projecto de Auto-Avaliação, 2007, p. 6). Destaque-se, contudo, um conjunto de objectivos mais específicos: a promoção de «hábitos de diálogo e reflexão interna» e de uma «cultura de auto-avaliação contínua e sistemática»; a definição de domínios de intervenção a partir da Lei nº 31/2002, como o «grau de concretização do Projecto Educativo», o «nível de execução de actividade», o «desempenho dos órgãos de administração e gestão», a frequência escolar e os resultados das aprendizagens; e, ainda, a existência de doze áreas agrupadas em quatro domínios, por referência ao perfil PAVE – resultados escolares; processos internos ao nível do grupo-turma; processos internos ao nível da escola; relações com o contexto.

As linhas orientadoras do projecto enunciam o interesse em se envolver toda a comunidade neste processo. Para a coordenação do mesmo, o Agrupamento sugeriu a possibilidade da Assembleia convidar «um grupo de sete a oito pessoas (quatro professores, um encarregado de educação, um auxiliar de acção educativa e um funcionário administrativo)» (Projecto de Auto-Avaliação, 2007, p. 13) para o desempenho das respectivas funções. Propõe também a constituição de «equipas responsáveis», constituídas por professores, pais/encarregados de educação, alunos e pessoal não docente (Projecto de Auto-Avaliação, 2007, p. 13), para funcionarem como «grupos de trabalho mais alargados», de âmbito mais interno. Contempla-se ainda a participação de elementos externos, desempenhando um papel de facilitadores ou de “amigos críticos”.

Para a concretização das linhas de intenção, o Agrupamento adopta a metodologia de projecto, justificando-a pelo próprio desejo de, com estes processos, se contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de auto-avaliação (Projecto de Auto-Avaliação, 2007, p. 12). Observação participante (sala de aula, assembleias de alunos e reuniões de professores), diálogo e conversas informais, questionários, entrevistas individuais e em grupo e análise de documentos (Projecto Educativo de Agrupamento, Projecto Curricular de Agrupamento, Regulamento Interno, Projectos Curriculares de Turma e Plano Anual de Actividades) correspondem às técnicas de recolha de informação planificadas no âmbito deste projecto.

A vontade de integrar referências múltiplas sobre a avaliação que advêm de fontes com um carácter mais normativo, académico ou “empírico”, sustentando premissas nem sempre concordantes, torna, por vezes, um pouco difusa a identificação da grande finalidade do projecto de auto-avaliação. A este propósito, pode enunciar-se a simultaneidade da referência aos domínios de intervenção sustentados na Lei 31/2002⁴, a orientação declarada pelo perfil PAVE⁵ e, ainda, a sustentação teórica do projecto sob recurso a autores como Santos Guerra (2000). Tal não impede a possível existência de

⁴ Grau de concretização do Projecto Educativo; nível de execução de actividades [conducentes] à integração social, às aprendizagens e ao desenvolvimento global dos alunos; desempenho dos órgãos de administração e gestão do Agrupamento; sucesso escolar, avaliado através da promoção da frequência escolar e dos resultados das aprendizagens dos alunos; prática de uma cultura de colaboração entre os membros da comunidade educativa.

⁵ Cf. nota de rodapé nº 3.

uma perspectiva que se aproxime do nosso modo de conceber e estar em avaliação. Importante será compreender de que modo o discurso apresentado se articula com estratégias de implementação no terreno.

O **Agrupamento de Escolas D** iniciou um processo de avaliação interna no ano lectivo 2004/2005, cujos procedimentos se mantêm. Em 2006/2007, integrou, por iniciativa própria, o processo de Avaliação Externa levado a cabo pela IGE. Neste momento, tem um contrato estabelecido com o Programa AVES⁶ – uma opção que poderá relacionar-se com a identificação, no Relatório de Avaliação Externa da IGE, da «inexistência de um modelo estruturado de auto-avaliação global, sistémico e coerente» (Relatório de Avaliação Externa, 2007, p. 11) como um dos pontos fracos do Agrupamento.

Os processos de avaliação interna surgem com a intenção de se «saber o (...) grau de satisfação» da comunidade escolar com o funcionamento de alguns dos serviços do Agrupamento e, «em função dos resultados, delinear estratégias para promover a qualidade do Agrupamento» (Documento de Apresentação, 2006/2007, p. 8). O Agrupamento procurou «ouvir toda a comunidade escolar» no sentido de conhecer «os pontos fracos e fortes em relação ao funcionamento dos serviços administrativos, da biblioteca, da cantina, do bufete, da sala dos professores, da reprografia, PBX, dos recreios, da portaria e do pavilhão desportivo». Para a recolha desta informação, a equipa do Agrupamento recorreu a inquéritos por questionário

Inicialmente previa-se também a avaliação da acção dos professores e do desempenho do Conselho Executivo, mas nesse ano lectivo, apenas se conseguiu concretizar esta última intenção, ficando a avaliação da acção dos professores reservada para o ano lectivo seguinte. Porém, uma vez que o ano lectivo 2005/2006 se pautou por «inúmeras alterações no funcionamento das escolas» (veja-se, por exemplo, as aulas de substituição), «ach[ou-se] por bem adiar este processo, de forma a não agudizar o clima que estava instalado» (Documento de Apresentação, 2006/2007, p. 8).

A equipa de avaliação interna tem sido constituída por elementos do Conselho Executivo. Esta constituição foi questionada por alguns professores e, nesta nova fase do processo, pretende-se envolver elementos dos vários níveis de ensino, no sentido de se poder melhorar um dos pontos identificados pela IGE, no âmbito da avaliação externa, como menos positivo: a «insuficiente articulação entre as diversas escolas do Agrupamento» (Relatório de Avaliação Externa, 2007, p. 11).

A Escola-Sede do **Agrupamento de Escolas E** iniciou a prática da avaliação do seu desempenho em 1998, alargando-a em 2002 às Escolas do 1º Ciclo. Em Fevereiro de 2006, candidatou-se ao “Projecto Piloto de Avaliação Externa das Escolas e Agrupamentos”, acompanhado pelo Grupo de Trabalho instituído para o efeito por despacho conjunto do Ministro das Finanças e da Ministra da Educação (Contrato de Autonomia, s/d, p. 1; Relatório de Avaliação Externa, 2006, p. 1). O compromisso do Agrupamento é o de «continuar a proceder à auto-avaliação sistemática dos serviços prestados à Comunidade Educativa tendo em vista a sua permanente melhoria, criando o Observatório da Qualidade» (Contrato de Autonomia, s/d, p. 5).

A avaliação é entendida enquanto contributo «para o desenvolvimento de uma unidade de gestão que “observa” os serviços educativos que oferece e que gere as mudanças necessárias para os tornar cada vez melhores», no rumo da «qualidade pretendida» (Contrato de Autonomia, s/d, p. 1), e «para melhorar a qualidade do sistema educativo, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e

⁶ O Programa AVES (Avaliação de Escolas Secundárias) é uma iniciativa da Fundação Manuel Leão apoiada pela Fundação C. Gulbenkian e desenvolve um trabalho inspirado num modelo desenvolvido em Espanha pelo Instituto de Evaluación y Asesoramiento Educativo (IDEA), de natureza privada.

promovendo uma maior confiança social no seu funcionamento» (Projecto Curricular da Escola-Sede, 2003/2004, pp. 17-18).

Apela-se à ideia de desenvolvimento de uma cultura de auto-avaliação, cujos objectivos fundamentais são «fomentar o uso sistemático de mecanismos de auto-avaliação» e «propiciar a reflexão da comunidade educativa sobre as questões relativas à avaliação e à construção da qualidade educacional», com o fim último de «melhorar a qualidade do desempenho e funcionamento escolares» (Projecto Curricular da Escola-Sede, 2003/2004, pp. 17-18).

No início do ano lectivo 2005/2006, “foi formalmente criado um grupo de auto-avaliação, que iniciou o seu trabalho com a elaboração de um documento com uma análise SWOT⁷ ao funcionamento do Agrupamento, seguido de um outro com o plano de acção para o ano lectivo”, pretendendo-se, na altura, que esse processo fosse “progressivamente alargado às outras escolas do agrupamento” (Relatório de Avaliação Externa, 2006, p. 3). A equipa de auto-avaliação elabora, no final de cada período lectivo, «sínteses do trabalho desenvolvido para operacionalização do Projecto Educativo», que serão «alvo de análise na Assembleia de Agrupamento» (Projecto Educativo de Agrupamento, 2007-2010). Espera-se que todos os actores educativos se envolvam na implementação dos processos de auto-avaliação, «de forma a gerar uma mudança de cultura e de comportamento» (Projecto Curricular da Escola-Sede, 2003/2004, pp. 17-18). Até ao momento, não se possui informação relativa aos instrumentos utilizados nos processos de (auto)avaliação.

Atente-se que a maior parte da informação obtida acerca dos processos de (auto)avaliação neste Agrupamento de Escolas remete para o Projecto Curricular da Escola-Sede, facto que pode reforçar a tendência verificada, em alguns casos, das iniciativas destes processos terem origem neste estabelecimento – onde, de resto, se situa o órgão máximo da gestão dos Agrupamentos.

No **Agrupamento de Escolas G** está voluntariamente constituída desde Janeiro de 2007 uma equipa de auto-avaliação que tem vindo a trabalhar de uma forma contínua. Até ao momento, não se propôs integrar os processos de avaliação externa levados a cabo pela IGE por considerar a necessidade da existência de alguma “maturação” prévia no que respeita à implementação da(s) prática(s) de (auto)avaliação com aquela origem institucional.

A avaliação é concebida enquanto «processo que permite obter informações úteis acerca do desenvolvimento do projecto que orienta a acção educativa e organizacional e do envolvimento dos actores e da adequação das realizações face aos problemas identificados» (Projecto Educativo de Agrupamento, 2004-2007, p. 25). É considerada fundamental para promover a co-responsabilização e a compreensão dos factores que estão na origem do (in)sucesso das escolas, auxiliando na procura de novas soluções

⁷ O termo SWOT, oriundo do idioma inglês, é um acrónimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). A análise SWOT é uma ferramenta de gestão muito utilizada pelas empresas para o diagnóstico estratégico do seu posicionamento no ambiente em que se situam. Esta “análise de cenário” contempla: a) o ambiente interno (Forças e Fraquezas), em que se identificam vantagens e desvantagens internas em relação aos principais concorrentes, determinando a sua posição actual; b) o ambiente externo (Oportunidades e Ameaças), correspondente aos aspectos positivos e negativos do meio envolvente, permitindo perspectivar a evolução do mercado em que a empresa actua. Este tipo de análise permite efectuar uma síntese das análises internas e externas e identificar os elementos-chave para a gestão da empresa, possibilitando o estabelecimento de prioridades de actuação.

educativas e servindo de guia à tomada de decisões (Projecto Educativo de Agrupamento, 2004-2007, p. 25).

A implementação do processo de auto-avaliação surge de uma forma espontânea e radica no interesse em conhecer a escola, tendo em vista a melhoria dos elementos que a constituem e a que deve estar atenta. Refere-se ainda que à equipa «cabera verificar o cumprimento do Projecto Curricular de Agrupamento e os resultados obtidos a partir dos quais dará sugestões de reformulação» (Projecto Curricular de Agrupamento, s/d, ponto 8.1), tendo em consideração critérios como a eficácia, a coerência, a conformidade e a eficiência (Projecto Curricular de Agrupamento, s/d, ponto 8.2).

Apela-se à «co-responsabilização de todos os implicados» (Projecto Educativo de Agrupamento, 2004-2007, p. 25), apresentando-se, no Projecto Curricular de Agrupamento (s/d, ponto 8.1), uma equipa constituída por: Presidente da Assembleia de Escola, Presidente do Conselho Executivo, Presidente do Conselho Pedagógico, Coordenadores de Ciclo, Coordenadores de Departamento, dois elementos da Assembleia de Pais, um de cada ciclo, e um representante do pessoal não docente. No decurso da primeira sessão de trabalho, foi referido que a iniciativa da implementação do processo partiu, espontaneamente, do Conselho Executivo, envolvendo a equipa, actualmente, seis docentes permanentes (Vice-Presidente do Conselho Executivo; um representante do Pré-Escolar e um de cada Ciclo de ensino; um docente para apoio) e um representante da Associação de Pais que tem comparecido apenas a algumas reuniões.

No Projecto Educativo de Agrupamento (2004-2007, p. 25) refere-se não haver ainda «instrumentos de avaliação estabilizados», considerando «relevante a elaboração de instrumentos (inquéritos, modelos de avaliação de actividades, etc.) que permitam obter dados que confirmem à avaliação maior objectividade». No Projecto Curricular de Agrupamento (s/d, ponto 8.2) é sugerida a elaboração de «uma grelha de observação de preenchimento simples, mas objectivo e prático».

No decurso das sessões de trabalho, tomou-se conhecimento de que têm sido aplicados, desde 2007, inquéritos por questionário. Numa primeira fase, foram elaborados com base na legislação disponível e dirigiram-se aos órgãos de gestão intermédia, contemplando como dimensões fundamentais o “funcionamento” desses órgãos e o “desempenho” dos seus coordenadores. Na segunda fase, os inquéritos tiveram por referência o modelo de avaliação PAVE e foram aplicados a professores, pais e alunos, visando obter um perfil global do Agrupamento. A equipa encontra-se, de momento, a estruturar um outro inquérito para a auto-avaliação, reconhecendo ainda a necessidade de elaborar alguns instrumentos que permitam a implementação deste processo de uma forma contínua e sistematizada.

Algumas considerações

De uma primeira análise, é possível perceber-se que os quatro Agrupamentos de Escolas parecem associar os processos de (auto)avaliação ao conhecimento, compreensão e aperfeiçoamento das práticas e à melhoria da qualidade

O funcionamento e o desempenho dos órgãos de administração e gestão, bem como dos serviços do Agrupamento, surgem, também, como algumas das dimensões em avaliação na generalidade dos Agrupamentos.

Apesar desta (aparente) convergência, adivinha-se a possibilidade da existência de marcas de dois perfis: um mais centrado na cultura de auto-avaliação, no diálogo e reflexão interna, e outro mais centrado na lógica referido-referente, visando a apreensão do «grau de concretização» e a «verificação de cumprimento».

Os quatro Agrupamentos parecem reconhecer a importância de se envolver todos os implicados nos processos em avaliação na auto-avaliação, ou seja, toda a comunidade educativa (professores, encarregados de educação, alunos e funcionários).

Só um Agrupamento de Escolas prevê a constituição de equipas de avaliação para além do grupo coordenador, designando-as por «equipas responsáveis», que se constituem como «grupos de trabalho mais alargados» e das quais os alunos fariam parte.

As equipas de avaliação (coordenação) são, em regra, constituídas por representantes dos vários órgãos de gestão, incluindo encarregados de educação e pessoal não docente. Num dos Agrupamentos, ainda que até à data tenha sido constituída apenas por elementos do Conselho Executivo, visa-se a constituição de uma nova equipa com representantes dos vários níveis de ensino. Apenas um Agrupamento prevê a participação de elementos externos, funcionando como facilitadores e “amigos críticos”.

O inquérito por questionário surge como o instrumento utilizado por todos os Agrupamentos acerca dos quais possuímos informação relativa aos processos de (auto)avaliação (três). Apenas para um deles este instrumento surge a par de todo um conjunto diversificado de técnicas de recolha de informação características da metodologia de projecto.

Esta tendência para a auscultação realizada através de inquéritos por questionário coloca o desafio de reflectir sobre outros modos complementares de promover a recolha de informação, passíveis de conferir um lugar mais importante à escuta e à inter-relação pessoal como forma de envolvimento no debate, de produzir uma construção de argumentos para as acções de que as pessoas são protagonistas e de promover uma reflexão que conduza à (trans)formação de si e das acções.

Desta primeira análise, o único Agrupamento que elaborou um projecto de auto-avaliação parece evidenciar-se em relação aos restantes. De facto, a elaboração de um projecto implica – pressupõe-se – um pensar a acção na sua globalidade. Para além disso, a sustentação de que se faz acompanhar parece desvelar um caminho que se aproxima dos posicionamentos teórico-metodológicos que orientam o nosso modo de estar em avaliação.

Contudo, salve-se, novamente, que esta análise decorre de uma fase ainda muito embrionária do projecto, sendo estas considerações parcelares e provisórias, pois dizem apenas respeito à análise do discurso – que é necessário confrontar com as práticas desenvolvidas em cada um dos Agrupamentos, a ter lugar nas fases subsequentes do projecto.

III. Modelo de Avaliação Institucional: suas características e carácter inovador

Os aspectos mais originais deste projecto residem no modelo de avaliação que o enforma e no contributo para o fortalecimento das relações entre as comunidades científica e educativa.

Apresentar-se-ão agora os princípios que sustentam o quadro teórico-metodológico subjacente ao modelo de avaliação institucional e o seu carácter inovador, bem como uma breve reflexão sobre como pode este modelo confrontar-se com os desafios colocados pelo trabalho já desenvolvido e em aperfeiçoamento pelos Agrupamentos de escolas parceiros do projecto.

O modelo de avaliação institucional corresponde a um modelo composto, «construído a partir de contributos científico/disciplinares diversos e, simultaneamente, complementares» (Terrasêca & Caramelo, 2006, p. 4), a saber: Análise Institucional

(Lourau, 1997; Lobrot, 1973; Ardoino, 1989), dimensões formativas da avaliação (Allal, Cardinet & Perrenoud, 1983; Nunziati, 1990), Abordagem Clínica (Cifali, 1996, 2000) e Paradigma da Complexidade (Morin, 1994, 1998; Correia, 2001).

Atendendo a esta multi-referencial filiação teórica, o modelo de avaliação institucional caracteriza-se pela superação da visão dicotómica entre referido e referente em que tradicionalmente assentam os processos de avaliação: reconhecendo o carácter contextual e intersubjectivo da qualidade, integra o “terceiro excluído”, ou seja, transforma esta relação numa tripla articulação entre referido, referente e circunstâncias contextuais (Terrasêca & Caramelo, 2006, p. 1). No mesmo sentido, desvela a forma holística e sistémica através da qual se concebem os processos de e em avaliação, bem como a sua «inscrição numa temporalidade concebida como orgânica (...), constantemente submetida à auto-regulação» (Terrasêca & Caramelo, 2006, p. 5). Num lugar de idêntico destaque, encontram-se as características que o reportam à «promoção de uma lógica comunicacional atenta à expressão, à escuta das subjectividades [e à mútua interpelação], incorporando um processo fortemente negocial, de que decorre a construção do objecto de avaliação» (Terrasêca & Caramelo, 2006, p. 5). De facto, a negociação consubstancia-se como um «princípio estruturante e transversal às características inerentes “à avaliação institucional”» (Terrasêca & Caramelo, 2006, p. 6), subjacente ao qual se encontra o intuito de se esbaterem as fronteiras entre os (ditos) “avaliadores” e “avaliados”, visando a «construção de um colectivo dos actores como parceiros de um processo de trabalho» (Terrasêca & Caramelo, 2006, p. 6). É, assim, através deste «debate intersubjectivo de perspectivas e subjectividades diversas» (Terrasêca & Caramelo, 2006, p. 8) que se concebe a construção do rigor.

Balizados por estes pressupostos, entende-se o avaliador, mais do que como um controlador, um mediador externo que fomenta e acompanha processos de auto-regulação, que facilita «uma perspectiva mais elucidada dos processos em que participam» (Terrasêca & Caramelo, 2005, p. 8), que torna «mais inteligíveis (e compreensíveis) os aspectos a que o quotidiano da acção tende a emprestar uma certa opacidade (...) ajuda[ndo] os actores e os responsáveis a apropriarem-se do projecto e a dominarem melhor o desenrolar das actividades» (Nóvoa, Castro-Almeida, Le Boterf & Azevedo, 1992, p. 125). Com efeito, poder-se-á integrar esta finalidade na intenção mais ampla de promover a recuperação, por parte dos actores, da qualidade de autores das suas práticas (Terrasêca & Caramelo, 2006). Da defesa destes princípios sobressai a preponderância do eixo ético (em detrimento da tradicional importância atribuída ao eixo técnico) na produção de juízos de avaliação.

Neste sentido, os processos de avaliação, tal como a formação, visam, mais do que produtos concretos, a transformação dos próprios sujeitos, que decorre desta passagem de actores a autores das suas práticas – uma alteração de si num processo de relação com um outro em alteração, no seio do qual se (re)constroem os sentidos para as práticas e se transformam as acções. É neste potencial transformativo e no contraste das suas características por referência a modos mais tradicionais de realizar avaliação que contextualizamos o carácter inovador do modelo de avaliação institucional.

Apresentado tal posicionamento teórico-metodológico, concluímos com a referência aos modos de intervenção da equipa do projecto de investigação.

Para a primeira sessão de trabalho com os Agrupamentos, e em particular para a (co)definição dos modos de intervenção da equipa de investigação, construiu-se uma tabela com três colunas: duas referentes a distintos modos de intervenção e uma em branco, a ser preenchida por todos os participantes. Desta forma, ainda que ambas as equipas de investigação (da Faculdade e dos Agrupamentos) levem, inevitavelmente, as suas referências para estes encontros, as discussões e reflexões que se promovem em

seu redor possibilitam que esta terceira coluna adquira uma particularidade em cada Agrupamento, não se fazendo corresponder necessariamente a nenhuma das duas primeiras. Assim, a relação a construir e o trabalho a desenvolver serão fruto de um processo comunicacional e negocial único, contemplando a singularidade dos processos desenvolvidos em cada Agrupamento parceiro do projecto. Efectivamente, esta terceira coluna, passível de contemplar a expressão do “terceiro incluído” – sem, contudo, a esgotar – pode apresentar-se como a imagem representativa da nossa presente e futura acção.

Referências bibliográficas

- Allal, L., Cardinet, J., & Perrenoud, P. (1983). *L'évaluation formative dans un enseignement différencié*. Berne: Peter Lang.
- Ardoino, J. (1989). D'une ambigüité propre à la recherche-action aux confusions entretenues par les pratiques d'intervention. *Investigação-Acção em educação. Problemas e tendências. 1º Colóquio Nacional da AIPELF/AFIRSE*, Lisboa, FPCE-UL, Portugal.
- Cifali, M. (1996). Démarche clinique, formation et écriture. In L. Paquay, M. Altet, E. Charlier, & P. Perrenoud. *Former des enseignants professionnels: quelles stratégies? Quelles compétences?*. Bruxelles: De Boeck Université, pp. 119-152.
- Cifali, M. (2000). L'envers et l'endroit d'une «obligation de résultats». Conferência apresentada ao *Colloque international AFIDES*, Université de Montréal, 4-6/10. Recuperado em 17 Outubro, 2001, de <http://www.afides.qc.ca/COLLOQUES/EJC/CONFERENCES/pdf/cifali.pdf>
- Correia, J. A. (2000). *As ideologias educativas em Portugal nos últimos 25 anos*. Porto: Edições ASA.
- Correia, J. A. (2001). A construção científica do político em Educação. *Educação, Sociedade & Culturas*, (15), pp.19-43.
- Lobrot, M. (1973). *A pedagogia institucional*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Lourau, R. (1997). *Implication transduction*. Paris: Anthropos.
- Morin, E. (1994). *Ciência com consciência*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Morin, E. (1998). *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Nóvoa, A., Castro-Almeida, C., Le Boterf, G., & Azevedo, R. (1992). *Formação para o Desenvolvimento: uma Experiência Participada de Formação de Agentes de Desenvolvimento (Programa JADE)*. Lisboa: Fim de Século, pp.115-137.
- Nunziati, G. (1990). Pour construire un dispositif d'évaluation formatrice. *Les Cahiers pédagogiques*, (280), pp.48-64.
- Santos Guerra, M. (2000). *A escola que aprende*. Porto : Edições.
- Terrasêca, M., Caramelo, J. (2005). L'évaluation de programmes de formation: contributions de l'évaluation institutionnelle pour la qualité dans la formation. Comunicação apresentada ao *2ème Congrès International de Management de la Qualité dans les Systèmes d'Éducation et de Formation CIMQUSEF 2005*, Casablanca.
- Terrasêca, M., Caramelo, J. (2006). Apports d'un modèle institutionnel d'évaluation (évaluation institutionnelle) pour l'amélioration des pratiques de formation. Comunicação apresentada ao colóquio *Professionnels de la Formation en Europe: professionnalisation, évaluation*, Reims.